

## MORRO DA QUEIMADA

Movimento em Ouro Preto luta para transformar ruínas em parque arqueológico, preservando a memória do levante de Felipe dos Santos contra a Coroa Portuguesa

# Rebelião enterrada

PAULO HENRIQUE LOBATO  
Enviado especial

Ouro Preto – Trezentos anos de história correm risco de serem apagados das páginas de Ouro Preto, principal patrimônio histórico da humanidade do Brasil, devido às construções irregulares e à morosidade do poder público em liberar recursos para proteger as ruínas do Morro da Queimada. Próximo à Praça Tiradentes, o morro é um dos primeiros arraiais da ex-colônia portuguesa e recebeu este nome por ter sido incendiado, a mando da coroa lusitana, em 1720, em resposta ao levante organizado por Felipe dos Santos (1691/1720). Ele convocou os moradores à luta contra o aumento de impostos e a criação das casas de fundição na antiga Vila Rica.

O fogo pôs fim à rebelião, expulsou os moradores do arraial e levou Felipe dos Santos à prisão. Mas a resposta de Portugal também deixou como herança um rico acervo de ruínas, formado pelas pedras usadas na construção das casas, senzalas, além da estrutura de minas de ouro dos séculos 17 e 18. Mas o que restou do conjunto está se perdendo. Boa parte das pedras virou base de casas ou muros. Especialistas alertam que as poucas ruínas intactas podem ter o mesmo destino, caso a área não seja preservada. O receio não é só pela invasão de mais moradias irregulares. Arqueólogos acreditam que o subsolo do Queimada, que era chamado de Morro do Paschoal antes da rebelião de Felipe dos Santos, é um museu natural, escondendo centenas de objetos do período colonial. Muitos objetos, como cachimbos de barro e vasilhames, já foram encontrados na região.

O morro também abriga minas que abarrotaram de ouro os cofres de Portugal, financiando, por dois séculos, as regalias da família imperial e de seus súditos mais próximos. Há, ainda, pequenos açudes, segmentos de canais de captação d'água, lama aurífera, mundéus – construções feitas para a lavagem do metal precioso – e sarilhos, que são túneis para a ventilação das minas. Tudo isso está ameaçado.

“É um sítio arqueológico de inestimável valor e um testemunho material das principais tipologias arquitetônicas da cidade, pois guarda preciosos registros da exploração de ouro e vestígios remanescentes de um dramático momento de nossa história. O Morro da Queimada representa para Ouro Preto o que a Acrópole (colina rochosa com famosas edificações da Grécia antiga) significa para Atenas e o Palatino (uma das mais primeiras colinas ocupadas em Roma) para a Itália”, alerta o arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Ele, moradores e representantes de outras instituições de Ouro Preto vêm trabalhando para transformar a área num parque arqueológico. O principal entrave é a morosidade do poder público em liberar o recurso, colocando em risco o que sobrou do Morro da Queimada. Os defensores do projeto alertam que a demora pode resultar em mais ocupações irregulares, que tiveram início na década de 70. Este ano não surgiram novas casas, mas a ameaça às ruínas causa calafrios nas pessoas envolvidas com o programa.

**DINHEIRO** Será necessário, segundo cálculos de Oliveira, que também é coordenador do programa, pelo menos R\$ 1,2 milhão para a elaboração do projeto do parque. Depois de pronto, o estudo vai detalhar o orçamento necessário para a construção do parque arqueológico, cuja área prevista é de um milhão de metros quadrados. Até agora, porém, apenas a Caixa Econômica Federal (CEF) destinou R\$ 200 mil ao Iphan. Outros R\$ 159 mil foram aprovados pela Petrobras Cultural, que deve empregar o recurso em breve. O Instituto Estrada Real (IER) prometeu liberar R\$ 200 mil, mas não sinalizou quando o dinheiro será depositado. O Iphan também pleiteia parte do dinheiro junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Enquanto o dinheiro necessário não chega, as ruínas continuam reféns da sorte. A variedade do sítio arqueológico levou muitos especialistas a classificarem o Morro da Queimada como o caso mais grave de abandono do patrimônio cultural por parte do poder público brasileiro. O diretor do Iphan cita o arqueólogo Carlos Magno Guimarães, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o qual afirmou, em estudo de sua autoria, que as ruínas de hoje não representam sequer 10% do conjunto original.

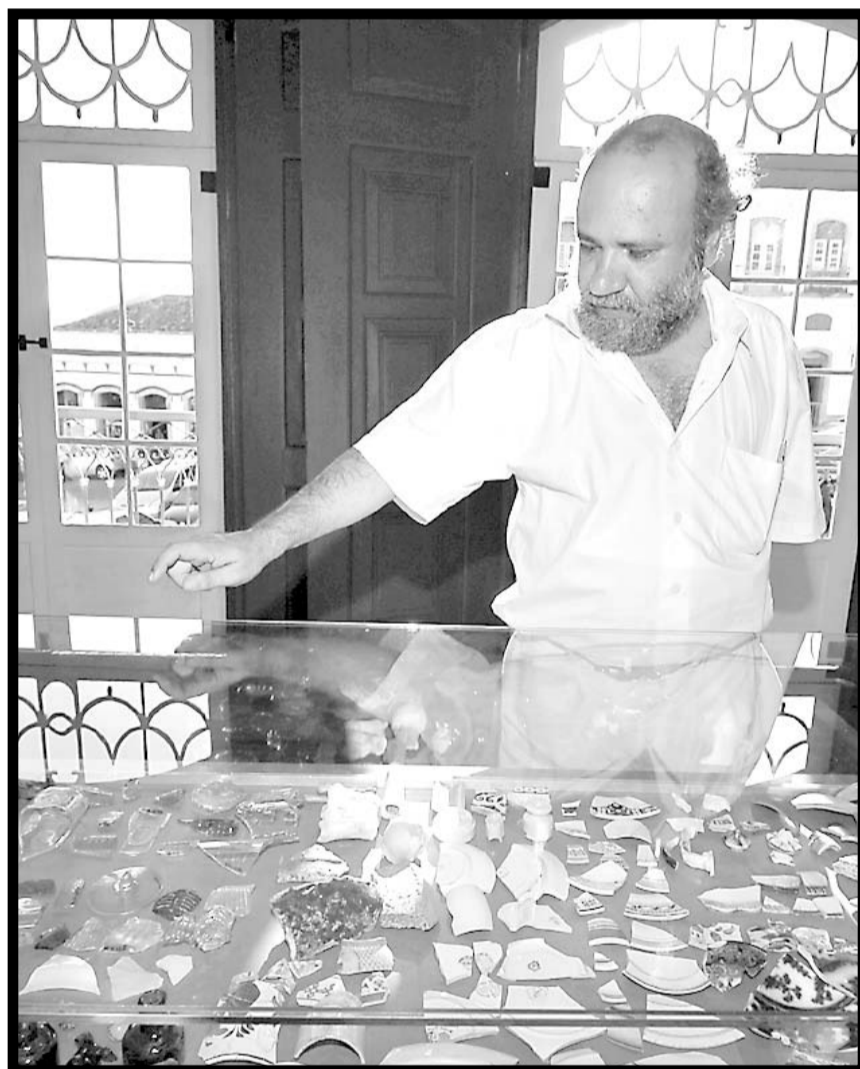
Outro especialista, o professor Marco Antônio Fonseca, da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), também critica a ocupação desordenada na área. Ele acredita que se o projeto não tiver seu início em breve, “o acervo de ruínas estará irremediavelmente comprometido”. Ele acrescenta, baseado em estudos, que, “se o processo de ocupação não for sustado, o conjunto de ruínas poderá desaparecer em cerca de 10 anos”.

## POMPÉIA BRASILEIRA

Em abril de 1881, dom Pedro II visita Ouro Preto e anota em seu diário: “Antes de chegar a esta cidade passei pela antiga Vila Rica, muralhas arruinadas que me lembram Pompéia”. “O imperador se referiu às ruínas do Morro da Queimada e as identificou com a antiga cidade italiana, soterrada pelo vulcão Vesúvio em 79 d.C. e, hoje, um dos mais famosos sítios arqueológicos do mundo”, conta Benedito Tadeu de Oliveira, coordenador-geral do Iphan no município, esperando que o antigo arraial do Brasil-colônia tenha a mesma sorte.



Programa da UFMG, Iphan e prefeitura incentivou a desocupação das famílias que fizeram construções irregulares no terreno e a demolição dos imóveis



O arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira, do Iphan, mostra o resultado das escavações



Projeto para implantação do parque está estimado em R\$ 1,2 milhão e aguarda recursos da CEF, Petrobras, BNDES e Instituto Estrada Real

## Plano Diretor protege acervo

A ocupação desordenada no Morro da Queimada começou nos anos 70, dilapidando, rapidamente, um importante patrimônio da cidade histórica. A situação só não está pior porque um programa desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a prefeitura municipal, retirou do local 20 famílias que ocupavam, irregularmente, o ponto mais crítico da área. O projeto, batizado de Arquitetura Pública e financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF), indeniza as famílias que aceitam sair do local.

O dinheiro é repassado pela prefeitura, mas só pode ser usado na construção ou compra de outro imóvel. É aí que entram os alunos e professores da UFMG. “Ajudamos as pessoas na adaptação das novas moradias. Na prática, adaptamos a casa nova para a família”, explica o professor Leonardo Castriota, coordenador do Arquitetura Pública na cidade histórica. O trabalho vem ajudando a proteger parte das ruínas.

As casas das famílias que aceitaram deixar o Queimada estão sendo derrubadas, devolvendo ao Morro uma pequena parte de sua paisagem. Mas apenas o projeto não é suficiente para proteger todo o acervo de pedras. A preocupação com a ocupação da área já ultrapassou as montanhas de Ouro Preto. Em 2003, uma comissão de técnicos do Centro de Patrimônio Mundial da Unesco foi ao antigo Morro do Paschoal e concluiu que a construção do parque arqueológico é medida necessária para deter a deterioração do palco da revolução de Felipe dos Santos.

A importância do Morro da Queimada já havia recebido atenção especial da prefeitura municipal em 1996, com a aprovação de lei criando o parque arqueológico, onde haveria apenas “atividades de pesquisa, lazer, educação ambiental e turismo, ficando vedada a exploração mineral e usos não condizentes com a destinação da área, bem como qualquer tipo de parcelamento do solo”.

Mas, uma década depois, o texto não saiu do papel. Em dezembro passado, a cidade aprovou um recente plano diretor, reforçando a implantação da área. “Se não tomarmos uma atitude rápida, há o perigo de mais ocupações”, reconhece o ex-presidente da Câmara Municipal Wanderley Kuruzu (PT). Como ele, moradores e turistas torcem que, para desta vez, o parque arqueológico seja implantado.